

**Actividade Profissional:**

Ingressou na Função Pública em 1979, para a Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola (DGHEA), como engenheiro de 2.ª classe, exercendo funções na Divisão de Estruturas Hidráulicas.

Passou a Assessora Principal do quadro do Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente (IHERA) em 2002.

Foi Coordenadora Nacional do Programa de Pequenos Regadios Individuais do PEDAP, integrada na DGHEA, entre 1985 e 1991, tendo recebido um louvor pela participação no Dossier IV do Regulamento CEE, publicado no *Diário da República* n.º 3/1997.

Integrou a Comissão Organizadora dos I e II Seminários Luso-Espanhóis subordinados respectivamente aos temas: “Rega, Drenagem e Emparcelamento” (1978) e “Estruturas Rurais — Aplicação de novas Tecnologias em Engenharia Rural” (1991).

Representou a DGHEA entre Abril de 1991 e Janeiro 2000 na Secção de Inscrição e Classificação dos Gestores Gerais de Qualidade, da Comissão de Marca de Qualidade LNEC.

Desenvolveu actividades sobretudo nas áreas de projecto de pequenas estruturas hidráulicas, até 1997, e depois na fiscalização e coordenação de obras de que se destacam a construção das Barragens do Sabugal e do Abrilongo, do túnel Sabugal/Meimosa e dos 2.º e 3.º troço do Canal Condutor Geral da Cova da Beira.

Chefe de Divisão de Estruturas Hidráulicas na DGHEA, entre 1991 e 1993.

Chefe de Divisão de Obras e Fiscalização, no Instituto de Hidráulica Engenharia Rural e Ambiente (IHERA), entre 1999 e 2007.

Chefe de Divisão de Engenharia Agro-Rural na Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) entre Março de 2007 e Março de 2011.

**Principais acções de formação:**

Curso de Segurança de Barragens

Curso FORGEP — Programa de formação em Gestão Pública

Cursos de Formação de Peritos Avaliadores

O Novo Código de Contratação Pública

204764464

**Despacho n.º 10897/2011**

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, para efeitos do n.º 6 do artigo 12.º da referida lei, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, a trabalhadora Ana Rita da Câmara Quental Medeiros Pereira, concluiu com sucesso o seu período experimental, na carreira e categoria de técnico superior, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o Instituto da Água, I. P.

3 de Junho de 2011. — Por delegação de competências, a Directora do Departamento de Serviços Gerais, *Teresa Núncio*.

204764456

**Despacho n.º 10898/2011**

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, para efeitos do n.º 6 do artigo 12.º da referida lei, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, a trabalhadora Maria João Rosa de Carvalho Ramos, concluiu com sucesso o seu período experimental, na carreira e categoria de técnico superior, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o Instituto da Água, I. P.

3 de Junho de 2011. — Por delegação de competências, a Directora do Departamento de Serviços Gerais, *Teresa Núncio*.

204764529

**Despacho n.º 10899/2011****Termo do período experimental**

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, para efeitos do n.º 6 do artigo 12.º da referida lei, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, a trabalhadora Cláudia Pinto Lauro, concluiu com sucesso o seu período experimental, na carreira e categoria de técnico superior, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o Instituto da Água, I. P.

3 de Junho de 2011. — Por delegação de competências, a Directora do Departamento de Serviços Gerais, *Teresa Núncio*.

204764391

**Despacho n.º 10900/2011****Termo do período experimental**

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, para efeitos do n.º 6 do artigo 12.º da referida lei, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, o trabalhador João Alberto Mendes de Campos, concluiu com sucesso o seu período experimental, na carreira e categoria de técnico superior, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o Instituto da Água, I. P.

3 de Junho de 2011. — Por delegação de competências, a Directora do Departamento de Serviços Gerais, *Teresa Núncio*.

204764375

**Despacho n.º 10901/2011****Termo do período experimental**

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, para efeitos do n.º 6 do artigo 12.º da referida lei, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, a trabalhadora Ana Cristina Sequeira Pereira, concluiu com sucesso o seu período experimental, na carreira e categoria de técnico superior, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o Instituto da Água, I. P.

3 de Junho de 2011. — Por delegação de competências, a Directora do Departamento de Serviços Gerais, *Teresa Núncio*.

204764294

**Despacho n.º 10902/2011****Termo do período experimental**

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, para efeitos do n.º 6 do artigo 12.º da referida lei, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, a trabalhadora Isabel Maria de Sousa Tomé de Andrade, concluiu com sucesso o seu período experimental, na carreira e categoria de técnico superior, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o Instituto da Água, I. P.

28 de Junho de 2011. — O Presidente, *Orlando Borges*.

204852479

**Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.****Despacho n.º 10903/2011**

Considerando que

Através do protocolo n.º 1/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 130, de 08 de Julho foi delegado no Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (ICNB), com a faculdade de subdelegação nos directores dos Departamentos de Gestão de Áreas Classificadas — Sul e das Zonas Húmidas, as competências cometidas à ARH-Algarve pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio.

As competências delegadas consistem no licenciamento e autorização das actividades de salinicultura, piscicultura e moluscicultura e das operações de dragagem de manutenção, quando incidentes nos territórios integrados no Parque Natural da Ria Formosa (PNRF), no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV) ou na Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António (RNSCMVRS), com excepção das que se localizem em mar aberto e na fiscalização e vigilância técnica dessas mesmas actividades, quando exercidas nos territórios descritos, tornando-se necessário subdelegar aquelas.

Assim, no uso das competências que me foram delegadas, do protocolo n.º 1/2009, supra identificado e do artigo 43.º do Código do Procedimento Administrativo:

1 — Subdelego no Director do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Sul, Dr. João Alves, e no Director do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Zonas Húmidas, Dr. João Carlos Farinha, todas as competências que me foram delegadas através do protocolo n.º 1/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 130, de 08 de Julho.

2 — O presente despacho produz efeitos na data da sua publicação no *Diário da República*, ficando ratificados todos os actos anteriormente praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

4/05/2011. — O Presidente, *Tito Rosa*.

204800476

#### Despacho n.º 10904/2011

Por despacho de 01 de Junho de 2011 do Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. e após procedimento concursal, foi autorizada a celebração de contrato de trabalho por tempo indeterminado para o exercício de funções públicas com Maria José Pitta Groz da Costa, para ocupação de um posto de trabalho na categoria e carreira de Técnico Superior, posição remuneratória 7.ª, nível 35.º, da tabela remuneratória única, para o mapa de pessoal deste Instituto, aprovado nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, com efeitos à data da sua assinatura.

1 de Junho de 2011. — O Presidente, *Tito Rosa*.

204754744

#### Despacho n.º 10905/2011

Na sequência do procedimento concursal destinado à selecção de titulares do cargo de direcção intermédia de 1.º grau, de um lugar para Director para o Departamento de Comunicação e Gestão de Operações, cujas competências se encontram descritas no artigo 2.º e quadro anexo aos Estatutos do ICNB, I. P., aprovados pela Portaria n.º 530/2007 de 30 de Abril, que aprova os Estatutos do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., nos termos do disposto nos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe é dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no uso das minhas competências próprias, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos a licenciada Anabela de Sousa Isidoro.

A nomeada tem o perfil pretendido para fazer cumprir as atribuições e objectivos do Departamento de Comunicação e Gestão de Operações, tendo demonstrado possuir em sede de procedimento concursal, conhecimentos, formação e experiência profissional relevantes nas áreas da comunicação, informação e *marketing*, bem como comprovado exercício de cargo de direcção nessas mesmas áreas específicas.

O presente despacho, produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

3/06/2011. — O Presidente, *Tito Rosa*.

204768709

#### Despacho n.º 10906/2011

Na sequência do procedimento concursal destinado à selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, de um lugar de Coordenador da Unidade de Gestão de Património, previsto no n.º 6 do artigo 1.º, em conjugação com o n.º 2 do artigo 6.º, ambos dos Estatutos do ICNB aprovados pela Portaria n.º 530/2007, de 30 de Abril, com o Despacho n.º 11538/2010, publicado no *Diário da República*, n.º 136, 2.ª série, de 15 de Julho, e nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, no uso das minhas competências próprias, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Carla Maria Cabrito Mesquita Jané.

A nomeada demonstrou possuir conhecimentos elevados para o exercício das funções na área de gestão de património, tendo falado dos temas com bastante facilidade e nomeado diplomas e normas legais relativas à área, nas suas várias vertentes, tais como aquisições, alienações e onerações de imóveis, gestão e arrecadação de receita resultante daquelas, organização e arquivo de processos, inscrições matriciais e registos prediais, relacionamento institucional com a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças e com a própria tutela. Revelou ainda conhecer em detalhe o programa de gestão do património imobiliário do Estado regulado pela RCM n.º 162/2008, de 24 de Outubro.

Revelou possuir uma boa capacidade de gestão e organização dos assuntos, dos meios humanos e de recursos disponíveis, mediante exemplos práticos que deu relativamente a experiências anteriores como dirigente e a forma como lidou com as situações, tendo demonstrado ainda uma boa capacidade de expressão oral, fluência e correcção linguística.

Possui igualmente a licenciatura em Direito, estando, por isso apta a fazer análise jurídica das questões colocadas, como também demonstrou deter experiência efectiva na área de urbanismo, conhecimentos elevados na tramitação dos processos necessários a loteamentos e destaques, entre outros, e demonstrou estar perfeitamente ao corrente do enquadramento das atribuições da unidade de gestão de património criada pelo Despacho n.º 11538/2010 (2.ª série), de 15 de Julho, tendo igualmente

demonstrado conhecimentos ao nível da estrutura, orgânica, natureza e atribuições do ICNB, IP.

A nomeada possui a experiência necessária e o perfil pretendido para fazer cumprir as atribuições e objectivos da Unidade de Gestão de Património, do ICNB, IP, sendo dotada da necessária competência e aptidão, revelando possuir melhores condições técnicas e profissionais para o desempenho para o exercício do cargo a prover, nos termos da proposta apresentada pelo júri do concurso, que aqui se dá como integralmente reproduzida para os devidos efeitos legais.

7 de Junho de 2011. — O Presidente, *Tito Rosa*.

204850915

#### Despacho n.º 10907/2011

Na sequência do procedimento concursal destinado à selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 1.º grau, de um lugar de Director do Departamento de Finanças e de Gestão Administrativa, previsto no n.º 3 do artigo 1.º, em conjugação com as competências definidas no artigo 3.º, ambos dos Estatutos do ICNB aprovados pela Portaria n.º 530/2007 de 30 de Abril, e nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, no uso das minhas competências próprias, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, o licenciado Pedro Paulo Branco Ramires Ferreira Nobre.

O nomeado demonstrou possuir conhecimentos elevados para o exercício das funções, detendo uma vasta experiência na actuação na administração central e relações entre institutos públicos, tutela e Ministério das Finanças e da Administração Pública, nomeadamente, com a Direcção-Geral de Orçamento, tendo o seu percurso como dirigente sido maioritariamente em institutos públicos e ministérios.

Revelou conhecimentos sólidos na área de gestão financeira e orçamental, em todas as suas vertentes, com especial incidência nos formalismos para alterações orçamentais e gestão e execução do PIDDAC e possuir uma boa capacidade de gestão e organização dos assuntos, dos meios humanos e de recursos, tendo demonstrado ainda uma boa capacidade de expressão oral, fluência e correcção linguística.

O candidato demonstrou também possuir uma maior abrangência de conhecimentos e cumprimento de formalismos relativamente às demais atribuições do Departamento de Finanças e de Gestão Administrativa do ICNB, tendo presente aquelas, designadamente, inspecções e auditorias das várias entidades fiscalizadoras, em especial, do Tribunal de Contas, cumprimento de formalidades relativas à contratação pública, organização e arquivo dos procedimentos, gestão de património e de recursos humanos e avaliação de desempenho, aprovisionamento e logística, manutenção de equipamentos e edifícios e expediente, tendo demonstrado estar perfeitamente ao corrente do enquadramento das atribuições do Departamento de Finanças e Gestão Administrativa, constante da Portaria 530/2007, de 30 de Abril, e demonstrado conhecimentos ao nível da estrutura, orgânica, natureza e atribuições do ICNB, IP.

O nomeado possui a experiência necessária e o perfil pretendido para fazer cumprir as atribuições e objectivos do Departamento de Finanças e Gestão Administrativa do ICNB sendo dotado da necessária competência e aptidão, revelando possuir melhores condições técnicas e profissionais para o desempenho para o exercício do cargo a prover, nos termos da proposta apresentada pelo júri do concurso, e que aqui se dá como reproduzida para os devidos efeitos legais.

7/06/2011. — O Presidente, *Tito Rosa*.

204850745

Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.

#### Declaração n.º 240/2011

##### Declaração de Conclusão do Período Experimental

Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, por força do disposto no artigo 73.º do Regime, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, torna-se público que a trabalhadora Maria Eugénia Moreno Mesquita concluiu, com sucesso, o período experimental na carreira e categoria de assistente técnico, com a avaliação final de 14 valores, na sequência da celebração, com este Instituto, de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. A presente declaração de conclusão do período experimental foi homologada por despacho de 13/07/2011 da Senhora Presidente deste Instituto.

25 de Julho de 2011. — A Presidente do Conselho Directivo, *Ana Paulino*.

204958054